

GDF barra mais 116 chácaras

Secretário de Agricultura embarga concessões em quatro núcleos rurais e diz que ocupantes serão notificados

Enrique Matute

O secretário de Agricultura, Aguinaldo Lélis, suspendeu, ontem, 116 concessões de áreas de chácaras, que ocupam 429 hectares de terras, em quatro núcleos rurais do DF, embargou as obras e ações de desmatamento e plantio nestes locais, até o esclarecimento total da situação da ocupação do solo. Criou, ainda, uma comissão que vai analisar a suspeita da existência de irregularidades na concessão dos terrenos. As áreas foram liberadas nas últimas reuniões da extinta Fundação Zoobotânica. Os ocupantes das áreas estão sendo notificados por fiscais da Secretaria.

Ontem, à tarde, o secretário visitou o projeto Áreas Isoladas Papuda II, onde foram suspensas as concessões de 10 chácaras, com áreas que variam entre seis e 19 hectares cada, num total de 103 hectares. Os terrenos, localizados às margens da rodovia BR-251 (Brasília-Unaf), próximo ao complexo penitenciário da Papuda, na região administrativa de São Sebastião, estão ocupados com casas de alvenaria, cercados com arame farpado, desmatadas e algumas plantadas com milho.

As outras 41 chácaras estão situadas na área rural do Park Way, numa área de 86 hectares; no núcleo rural Sucupira, entre o Núcleo Bandeirante e o Riocho Fundo, existem outras 50

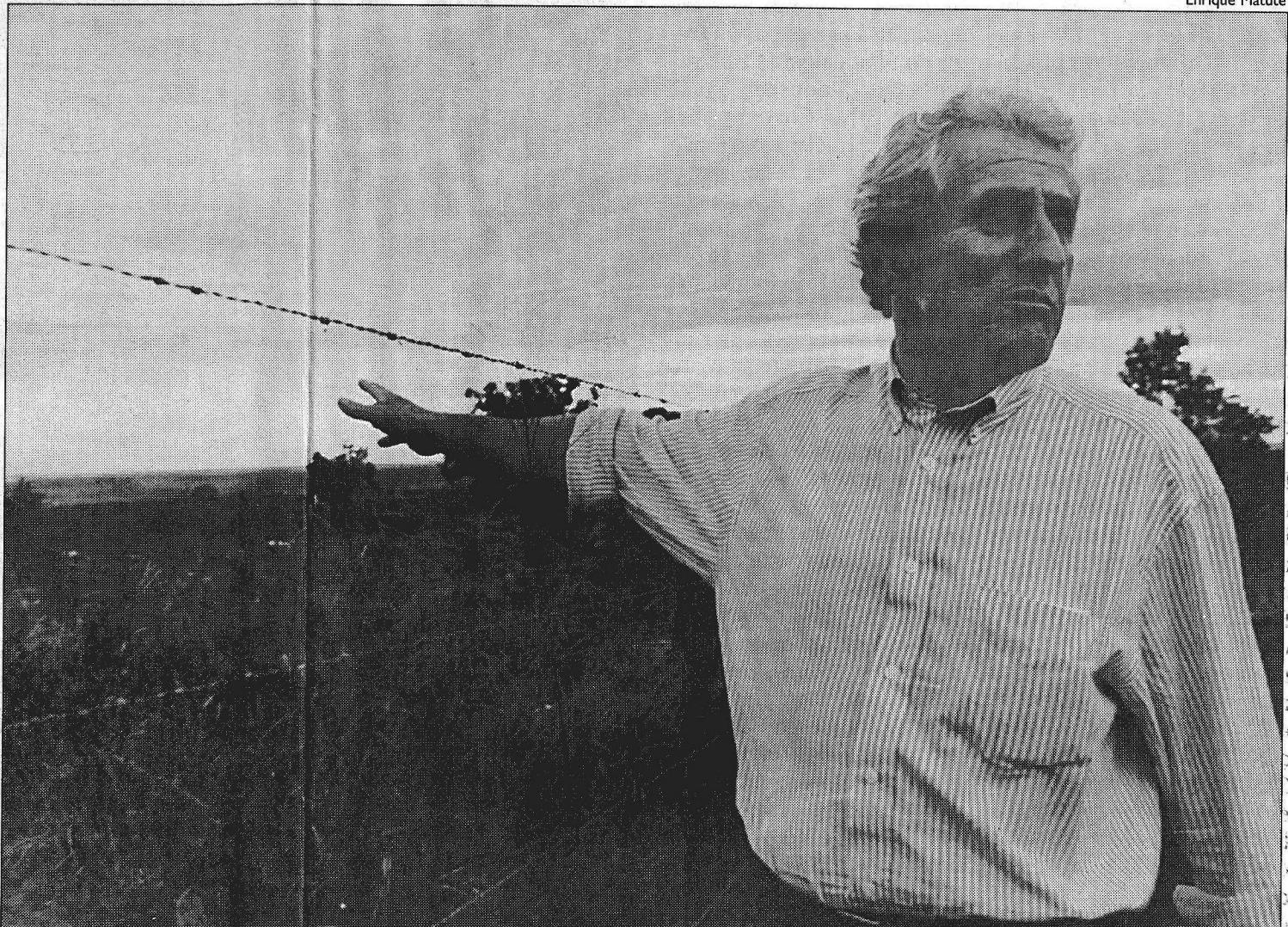
chácaras, que ocupam área de 168 ha; e na região rural de Santa Maria, Lote 9-A, outras 15 chácaras foram embargadas. Elas ocupam área de 72 ha.

“Há fortes indícios de que existem irregularidades na liberação dos terrenos”, explica Lélis. Entre eles, o secretário aponta o parcelamento das glebas, em Santa Maria. Indícios de que servidores públicos teriam sido beneficiados com as concessões, de forma indireta, ou seja, indicando parentes como ‘laranjas’ para assumir o contrato. “Há um dispositivo na Lei Orgânica do DF (Constituição), que proíbe a concessão de terras rurais para servidores públicos”, explica.

A suspeita da existência das irregularidades “evidencia o acerto da decisão do governador Joaquim Roriz, em extinguir a Fundação Zoobotânica, no dia 27 de janeiro passado, embora esse não tenha sido o motivo que levou à extinção da entidade”, afirma Lélis.

De acordo com o secretário, o concessionário da chácara que provar que é efetivamente produtor rural, e preencher os requisitos exigidos pela Secretaria de Agricultura, não tem o que temer. “Este permanecerá no terreno. Só será retirado o que tiver recebido a área por meio de irregularidade”, esclarece.

Chamou a atenção dos assessores da Secretaria de Agricultura, que alertaram o secretário Aguinaldo Lélis, a



Secretário Aguinaldo Lélis criou também uma comissão que vai analisar suspeita de irregularidades nas ocupações

rapidez com que os processos foram liberados na Fundação Zoobotânica e a má formulação dos mesmos. “Na condição de produtor, minha posição é de que a terra rural só pode ser ocupada para a produção agrícola”, afirma o secretário.

Outro detalhe foi detectado na revisão preliminar dos contratos de concessão dos terrenos no Park Way, área nobre da cidade e de grande valorização imobiliária. Embora existam 41 contratos de concessão, apenas 26 pessoas estavam cadastradas

para receber as chácaras.

As pessoas selecionadas para receber os terrenos, tinham que preencher todos os critérios definidos pela Secretaria de Agricultura, entre os quais, ser produtor rural, não degradar o meio ambiente e

apresentar um plano de ocupação da terra. Em seguida era assinado um contrato de concessão real de uso, pelo prazo de 50 anos.

JAIRO VIANA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA